

ATAQUE ÀS CIÊNCIAS HUMANAS: TOLERAR O INTOLERANTE?

Por Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado

O recente ataque às humanidades, amplamente divulgado pela grande mídia, que sugere a extinção dos cursos de humanas das universidades públicas é totalmente absurdo, autoritário e revela o grau de intolerância dos setores reacionários da sociedade brasileira em relação ao pensamento crítico-dialético. A sugestão chega ser inimaginável à medida que se apoia numa justificativa claramente discriminatória e classista. Todos nós sabemos que os profissionais formados na área de humanas e sociais aplicadas são pessoas, na sua grande maioria, oriundas de segmentos mais desfavorecidos da sociedade: filhos de operários, de funcionários públicos (baixo e médio escalão), de filhos de agricultores, quando não filhos de sem-terra e sem teto, pessoas que vêm de núcleos familiares que vivem do seu trabalho. Justificar que os cursos de humanas são baratos e que deveriam ser ofertados apenas por instituições de ensino superior particulares com o argumento que qualquer um pode pagar, é, no mínimo, desconhecer a realidade social, econômica e educacional brasileira. Ora, isso por si só denuncia o lugar de onde essa ideia esdrúxula se origina.

Estamos seguros que se trata de uma iniciativa do setor privado de ensino, protagonizado por grandes corporações empresariais ligadas, principalmente, ao grupo denominado “Compromisso Todos pela Educação” (Grupo Gerdau, Instituto Airton Sena, Banco Itaú, Instituto Lemann, entre outros). É uma ideia inaceitável que reforça a dualidade da educação no ensino superior: ensino de qualidade para os ricos (para aqueles que podem pagar um ensino médio e cursinhos para passar no vestibular em medicina, direito, engenharia e outros) e um ensino menos qualificado para os pobres (para aqueles que deverão se formar em instituições particulares, muitas delas pouco ou nada confiáveis academicamente sejam elas presenciais ou a distância). Trabalhar e estudar ao mesmo tempo. É claro que existem exceções: há alguns estudantes pobres que conseguem romper com a barreira e cursam medicina, direito... em universidades públicas; há também instituições particulares que ofertam cursos de excelência. No entanto, alertamos para o fato de que esse dualismo persegue a história da legislação

brasileira justamente porque reproduz e reforça o modelo da sociedade capitalista dividida em classes.

Compreendemos que as medias e reformas do governo ilegítimo, período pós golpe de 2016, estão absolutamente interligadas e fazem parte do mesmo plano: retirada total de direitos por meios legais (apoio do legislativo e judiciário) e também amparado por lei e pelos mecanismos repressivos da polícia (civil e militar). O velho modelo da acumulação capitalista. Plano esse que vem se concretizando por meio da reforma do Ensino Médio, da aprovação recente do documento que institui a BNCC, do projeto que propõe a extinção dos cursos de humanas universidades públicas, dos projetos (nacional, estaduais e municipais) da Escola Sem Partido, tentativa do desmonte do programa PIBID, da implantação do programa Residência Pedagógica e da mais recente pesquisa realizada pelos assessores do Bolsonaro (candidato à presidência da República) que responsabiliza as disciplinas de Filosofia e Sociologia pela queda das notas em matemática em anos recentes da avaliação em larga escala, no caso, o ENEM.

Entendemos que a principal motivação a favor da argumentação pela extinção dos cursos de humanas das universidades públicas tem a ver com contenção em investimentos na formação profissional de nível superior a curto prazo e na formação apressada de mão-de-obra barata a médio prazo. A motivação, portanto, é política, cultural e econômica.

AGENDA NESEF SETEMBRO

Data	Horário	Local	Atividade
05/09/2018	14h	Sala 240 - Rebouças	Nesef/G-Cap - Leitura e análise do Cap. 5, Livro I d'O Capital (Marx). Mediação: Alexander Machado
12/09/2018	14h	Sala 240 - Rebouças	Reunião do Coletivo do Nesef para aprovação da Carta-Manifesto do Nesef "Entre os muros da democracia"
15/09/2018	14h30	Anfiteatro 400 - Reitoria	Sessão cinecubista do Jogo de Cena
20/09/2018	19h	Sede IFIL	Encontro do G-FILO "Linguagem, literatura e a cultura oral do Níger."
26/09/2018	14h	Sala 240 - Rebouças	Educação Filosófica na perspectiva marxista-lukacsiana. Por Valéria Arias e Geraldo Balduino Horn

O VELHO PODER JUVENIL: BRASIL DE 2018 E O MAIO DE 1968

Por Valéria Arias

O fenômeno do Maio de 1968 foi encampado, a princípio, por jovens estudantes universitários das camadas médias na França. Apoiado por intelectuais e artistas, fez ecoar seus sentidos e bandeiras em vários países, inclusive o Brasil, que na época vivia sob a ditadura militar. O poder jovem parecia florescer em detrimento da repressão, que houve e não foi pouca, sobretudo quando o movimento se ampliou para além do âmbito estudantil e dos nichos da contracultura e chegou aos/às jovens trabalhadores/as. O *desenredo* francês completa-se com a literal volta por cima de Charles de Gaulle.

Num passado recente (2016), jovens estudantes paranaenses “protagonizaram” o maior movimento de ocupações de espaços urbanos que se tem notícia no mundo. Inspirados em movimentos congêneres – as ocupações dos estudantes das periferias paulistas, em 2015 e a chamada Rebelião dos Pinguins no Chile, em 2006 – 850 unidades escolares e 14 *campi* universitários foram tomados por jovens, que, apesar das pautas específicas, pareciam unir o destemor típico, à consciência política e à sede de uma educação pública mais formadora, mais igualitária, com melhores condições materiais..., enfim com mais qualidade social e política no sentido dos direitos humanos do conjunto da sociedade brasileira. Porém, sempre que afirmavam suas bandeiras, completavam as falas, deixando claro que, apesar dos apoios recebidos, os “protagonistas” do movimento, eram eles e elas, e não os/as professores/as, os sindicatos e a ampla rede de colaboração que se formou na ocasião. “É nós por nós!”, gostavam de repetir.

2018. Menos de dois anos se passaram. As *Ocupas* produziram celebridades. Algumas foram alçadas à carreira política, outras, amiúde, emprestam sua figura a eventos diversos. Com o fim das ocupações, chegara a hora e a vez dos/as apoiadores/as mostrarem-se e, individualmente, “protagonizarem”. E foram dezenas de livros escritos rapidamente, vários eventos, documentários e outros produtos culturais. Na cena política adulta, tradicional, o cinismo não surpreende. Parece certo, também, que a semente dos/as jovens de Diadema, cidade proletária da



primeira escola ocupada no país, e de tantas outras localidades centrais e periféricas, não vingou da forma que se imaginava. O protagonismo juvenil, termo cênico e neoliberal por excelência, vem se expressando entre muitos estudantes e, não por acaso, substituindo-se à ideia de construção da autonomia, cujo sentido passa ontologicamente pelo ser social. Uma contradição flagrante. Basta uma olhadela nas redes sociais para que se escancare o que muitos de nós, progressistas, não queríamos antever em 2016: os jovens de 2018 são a vanguarda da maioria dos movimentos conservadores, da apologia da privatização da educação, das práticas inquisitoriais. Protagonismo não exige, necessariamente, reflexão, conhecimento conjuntural; não se funda num projeto de país, muito menos em ideal coletivo. É imperioso constatar que as poucas jovens lideranças das *Ocupas* que se mantém firmes na luta política por direitos sociais têm sido acuada pelos “jovens protagonistas” do individualismo mercantil: vazio de humanismo, raso feito um pires, evanescente feito um *like* na rede social. É pedagógico, observar, desde o semiparalisado mundo adulto dos sujeitos progressistas, o misto de farsa e tragédia que transpassa muitas das entidades estudantis, cujo “protagonismo” se resume a deixar-se cooptar pelo poder hegemônico. E nós, os adultos, os progressistas, limitamo-nos a reputar os absurdos das perdas de direitos e o ridículo que assola a cena política. De forma avessa, aderimos ao “nós por nós” da vitimização: denunciemos a tragédia enquanto atuamos na farsa. Somos “protagonistas” dessa grande contradição.

ELEIÇÕES 2018, A MÁSCARA DA ESCOLA SEM PARTIDO (LEI DA MORDAÇA) E O USO DA MÁQUINA

Por Regis Clemente da Costa (Prof. de Filosofia; Doutorando em Educação pela UEPG)

As eleições 2018 aquecem o cenário político no Paraná e no Brasil. Com essa aproximação, algumas situações acabam por desvelar realidades até então obscuras para uma parte da população, como por exemplo, o caso das discussões em torno ao Projeto Escola Sem Partido (Lei da Mordaça) em que, seus idealizadores, defendem, entre outras questões, a proibição de discussões e estudos de conteúdos sobre política, sobre Gênero, sobre orientação sexual, dentre outros. A lei da mordaça, ganhou força entre vereadores, deputados e senadores ligados às bancadas de direita, extrema-direita, conservadores e ultra-conservadores que, por meio de seus discursos falaciosos tentam manipular a sociedade e amordaçar os professores, retirando do processo formativo dos estudantes a perspectiva da formação do pensamento crítico.

A lei da mordaça (Escola Sem Partido) afronta a Constituição Federal de 1988, que prevê em seu artigo 206, “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas [...]”. No entanto, seus defensores não consideram a constituição como base e insistem em aprova-la em Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara dos Deputados em Brasília.

No Estado do Paraná, desde 2015, as discussões sobre a lei da Escola Sem Partido estão em curso. Como consequência desse movimento, centenas de professores são perseguidos e processados como já destacado em edições anteriores de “*O Sísifo*”. Graças às constantes mobilizações de professores, estudantes, entidades sindicais e lideranças políticas imbuídas dos princípios constitucionais da liberdade de ensino, as discussões não avançaram, no entanto, não há o que se comemorar, uma vez que esses parlamentares constantemente se utilizam desses discursos para adquirirem visibilidade na mídia e ampliar seus palanques nos meios conservadores da sociedade.

O que chama a atenção, e merece destaque, no entanto, é que, dentre os parlamentares defensores da lei da mordaça, estão vários denunciados e/ou processados por envolvimento em escândalos de corrupção, seja em nível federal ou em nível estadual. Alguns desses parlamentares, inclusive, se autoproclamam defensores da família, da moral e dos bons costumes. No Estado do Paraná, as investigações e processos por corrupção envolvem vários deputados, secretários de governo e até mesmo o ex-governador, atualmente pleiteando uma vaga ao Senado da República. Dentre os processos por corrupção, um deles refere-se à desvios de recursos destinados à reforma e construção de

escolas, na chamada “Operação Quadro Negro”, em que os desvios, segundo as investigações, chegam próximos de R\$ 30.000,00 (Trinta Milhões de reais).

Esses fatos, mais uma vez, reforçam o viés de censura da referida lei, uma vez que, o que se objetiva é cercear o debate, a discussão, a formação do pensamento crítico, deixando o trânsito livre para que o pensamento único, para que a classe dominante e para os políticos corruptos se prevaleçam no exercício do poder sem serem questionados e sem correr o risco de serem reconhecidos em suas práticas manipulatórias e/ou ilícitas.

Soma-se a esses fatos o constante uso da máquina pública em benefício daqueles que estão no poder. Por vezes, fortalecendo seus currais eleitorais e, de certa maneira, chantageando servidores públicos ocupantes de cargos de nomeação ou mesmo cargos eletivos, como o caso de diretores de escolas a integrarem suas campanhas, sob pena, de não serem contemplados em suas demandas.

Essas práticas, obviamente, são bem orientadas e executadas para não caracterizarem crime eleitoral, no entanto, ferem duramente os princípios éticos, ao submeter condições àqueles que dependem de decisões superiores para desenvolverem seus trabalhos à frente de repartições públicas. Tais servidores, nem sempre compactuam com os princípios ideológicos de tais gestões, porém, se veem sem opção, correndo risco de serem retaliados, boicotados, sabotados.

Essas sim, são práticas que carecem de legislação para serem coibidas. Práticas explicitamente eleitoreiras, em que a máquina pública é colocada à serviço da manutenção do poder. Diferente do trabalho dos professores, que se pautam pelo conhecimento historicamente acumulado, pela discussão política na perspectiva da formação do pensamento crítico, da compreensão da realidade, da construção da emancipação humana. Professores que cumprem a legislação educacional, embasados pela Constituição Federal que, democraticamente, garante a liberdade de ensino. Enfim, atuam, de maneira a escancarar as contradições da sociedade e possibilitar que o jovem estudante além de pensar, encontre condições para agir e transformar a realidade.

Como dizia Bertolt Brecht em seu poema “Privatizado” “Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence”.

Permanecemos firmes e confiantes que, por meio da formação do pensamento crítico possamos conter os retrocessos que se avizinham e avançar rumo à emancipação humana!

APONTAMENTOS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DO SINDICALISMO DOCENTE NA CONJUNTURA DO PÓS-GOLPE DE 2016

Por *Acleilton Lucio Ganzert Filho (Prof. de Sociologia; alganzert@gmail.com)*

Há mais de três décadas que muitos sociólogos têm se dedicado, no interior do que se conhece como sociologia do trabalho, à compreensão da dinâmica da reestruturação produtiva e da conjuntura de aplicação das políticas de corte neoliberais no Ocidente capitalista. Assim, de diferentes maneiras, a desregulamentação das relações de trabalho avançou sob o discurso da flexibilização e da modernização. Também, como parte desse processo, pode-se verificar uma presença cada vez maior de contratos de trabalho mais precários em relação ao tradicional contrato de trabalho por tempo indeterminado. A crítica aos modelos de estado intervencionista no Ocidente ganhou força (e ainda ganham) nos momentos de crise econômica. Desse modo, de maneira aberta ou velada, colocam os direitos sociais e trabalhistas em um cálculo de custo e atribuem a eles o status de obstáculo a geração de empregos e de atraso em relação à dinâmica “moderna” das relações de trabalho.

O avanço desse quadro de mudanças é, nesse sentido, o avanço da precarização do trabalho e da fragilização da organização política dos trabalhadores de diferentes categorias profissionais. Da década de 1970 para cá, os sindicatos fortes no interior dos modelos de Estados de Bem-Estar Social e, de forma mais ampla, das socialdemocracias, têm sofrido duros ataques, alguns deles potencializados pela própria incapacidade de se desvencilhar da lógica corporativista e dos interesses econômicos mais imediatos. No Brasil essa tendência se apresentou e se apresenta de modo muito específico, guardadas as devidas particularidades da história econômica do país.

Assim, mesmo diante dos contornos mais nítidos das tendências neoliberais durante a década de 1990, os primeiros anos da virada do século foram importantes, sob o governo do Partido dos Trabalhadores, para a realização de políticas como a de valorização do salário mínimo, de ampliação da cobertura dos direitos sociais e do trabalho a determinadas frações do conjunto da classe trabalhadora – caso das empregadas domésticas e das categorias da informalidade, por exemplo –, e de democratização do acesso à vida por meio de políticas de garantia de serviços básicos como energia elétrica e água, alimentação, educação, entre outras.

Os apontamentos históricos que sugerem uma mudança no interior do movimento sindical brasileiro, fazendo do assim chamado *novo sindicalismo* um movimento mais marcadamente socialdemocrata, indicam

também um movimento de mudança da perspectiva de contestação da ordem econômica capitalista e da democracia representativa em direção à reivindicação de um lugar no interior delas. Através de práticas e discursos localizados no âmbito das noções de cidadão e cidadania, da lógica econômica e corporativista, isto é, dos interesses mais imediatos dos sindicatos, o grosso do movimento sindical brasileiro parece ter deixado para trás as perspectivas de superação do capitalismo e de suas contradições, quando não até mesmo combatendo-as diariamente, caracterizando-as como utópicas, ingênuas, puristas, entre outros epítetos depreciativos.

Os exemplos de dois dos maiores sindicatos do Brasil, a APEOESP e a APP Sindicato, sindicatos de servidores públicos, trabalhadores da educação, podem nos auxiliar na reflexão. Juntos, esses dois sindicatos somam mais de 250 mil filiados. Dirigidos pelas mesmas forças políticas, capitularam diante das estratégias de gestão que marcaram os governos empresariais do PSDB no Paraná e em São Paulo. O movimento de fragilização política dos dois sindicatos caminha junto com a fragmentação dos regimes de contratação.

No Paraná, após um período de recuperação de perdas nos governos do PMDB e até nos primeiros anos do governo Richa, os trabalhadores da educação são duramente atacados pela gestão “eficiente” das políticas de austeridade, isto é, dos chamados pacotes de ajustes fiscais. Tais políticas, caracterizadas pelo congelamento e achatamento dos salários e pelo não cumprimento da lei, impõem aos sindicatos lutas muito duras. Atarracados à práticas corporativas e presos aos interesses imediatos, o cirúrgico movimento de precarização de frações da mesma categoria apenas impulsionou um sectarismo por parte do grupo dos estáveis em relação aos demais, enquanto também promoveu, entre as franjas menos estáveis, um sentimento de pouca representatividade em relação à própria entidade, o que dificultou (e parece dificultar) a própria sindicalização de partes consideráveis dos trabalhadores em geral e dessas categorias especificamente.

Quando chamados ao palco da história pelas demandas mais amplas e de natureza política, agiram de forma corporativa, como pareceu mais nitidamente durante as ocupações de escolas nos dois estados; quando chamadas ao acolhimento corporativo dos filiados, também foram chamadas a realizar lutas políticas como desdobramento da conjuntura nacional e do golpe. A incapacidade de lidar com a dinâmica das demandas políticas e corporativas parece nos dar a chave explicativa para a compreensão dos movimentos de inflexão na organização política desses dois sindicatos. A APEOESP, após aproximadamente 90 dias de greve em 2015, retorna ainda mais fragilizada. A APP Sindicato, após seguidas assembleias com mais de 20 mil pessoas – fenômeno não verificado em nenhuma outra categoria profissional na história recente do país –, hoje apresenta dificuldades para a mobilização de 1000 pessoas.